

LEONARDO de FARIA BERALDO

**COMENTÁRIOS ÀS
INOVAÇÕES DO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL
Novo CPC – LEI 13.105/2015**



Belo Horizonte

2015



Copyright © 2015 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Projeto Gráfico: Dilex Editoração Ltda

Editoração: Dilex Editoração Ltda

Revisão: Alessandra Viadanes

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Rua dos Gonçalves, 71 – Sala 709-C – Centro
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreynline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cangaço Trindade
Antônio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Goto Junior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Eduardo Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guenero
José Adereio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misaél Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Renan Ktuo Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sergio Ellis Santiago

B482c Beraldo, Leonardo de Faria

Comentários às Inovações do Código de Processo Civil Novo CPC: Lei 13.105/2015.
Leonardo de Faria Beraldo. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

xxvi + 452 p.

ISBN: 978-85-384-0415-6

1. Brasil. [Código de processo civil (2015)] 2. Processo civil, legislação, Brasil. 3. Reforma processual civil, Brasil, 2015 4. Título.

CDD - 347.91 .95(81) (094.4)

Núcleo Lage de Medeiros
Biblioteca
CRB6: 1545

SUMÁRIO

Prefácio	lxv
Apresentação.....	lxix
Nota do Autor.....	lxxiii

PRIMEIRA PARTE – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL...I

I – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS.....	3
§ 1º – O processo civil constitucional.....	3
§ 2º – Princípio da inafastabilidade.....	3
§ 3º – Formas adequadas para a solução de controvérsias	4
§ 4º – Direito a uma decisão de mérito	4
§ 5º – O princípio da boa-fé objetiva.....	5
§ 6º – Dever de cooperação e direito a um processo em tempo razoável	6
§ 7º – Princípio da igualdade das partes	7
§ 8º – Aplicação do ordenamento jurídico, os fins sociais e o norte a ser perseguido.....	7
§ 9º – O princípio do contraditório.....	8
§ 10 – Princípio da publicidade e da fundamentação das decisões.....	8
§ 11 – Ordem cronológica dos processos.....	9

§ 12 – Da aplicação das normas processuais	11
II – DA FUNÇÃO JURISDICIONAL	11
§ 1º – Da jurisdição e da ação	11
§ 2º – Dos limites da jurisdição nacional.....	12
§ 3º – Da cooperação internacional	13
§ 4º – Da competência interna.....	14
1. Perpetuação da jurisdição.....	14
2. Regras sobre competência.....	14
3. Justiça Federal.....	14
4. Competência das ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis.....	15
5. Ações fundadas em direito real sobre imóveis.....	15
6. Ações em que os Estados e o Distrito Federal forem autores	15
7. Da competência para as ações de divórcio, de separação, de anulação de casamento, de reconhecimento ou dissolução de união estável.....	15
8. Ação de alimentos	16
9. Ação tendo pessoa idosa como parte.....	16
10. Ação de reparação civil envolvendo serviço notarial ou de registro.....	16
11. Ação de reparação de danos contra companhias aéreas	17
12. Dos demais casos de competência territorial	17
13. Da distinção entre competência absoluta e competência relativa .	17
14. Cláusula de eleição de foro	18
15. Conexão.....	18
16. Continência.....	19
17. Prevenção	19
18. Imóvel situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária	19

19. Ação acessória.....	19
20. Da forma de se arguir a incompetência absoluta e relativa.....	20
21. Efeitos da decisão que acolhe a preliminar de incompetência	20
22. Conflito de competência.....	21
23. Da cooperação nacional	21
 III – DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	22
§ 1º – Capacidade processual	22
§ 2º – Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	23
§ 3º – Litigância de má-fé e ressarcimento de danos processuais	24
1. Litigância de má-fé.....	24
2. Ressarcimento de danos processuais.....	24
3. Fundos de modernização do Poder Judiciário.....	24
§ 4º – Despesas e garantias processuais.....	24
1. Linhas gerais	24
2. Dever de prestar caução ao autor que mora fora do Brasil	25
3. Custas e transação	25
4. Das custas processuais da Defensoria Pública	26
5. Remuneração do assistente técnico	26
6. Remuneração do perito.....	26
7. As perícias requeridas pela Fazenda Pública, Ministério Público ou Defensoria Pública	27
8. Perícia para a parte sob o pálio da gratuidade da justiça.....	27
§ 5º – Honorários advocatícios.....	27
1. Local onde é regulada no novo CPC	27
2. A quem pertencem os honorários advocatícios sucumbenciais?.....	28
3. Natureza dos honorários.....	29
4. Proibição de compensação	29
5. Recebimento dos honorários em nome da pessoa jurídica.....	30
6. Juros	30

7. Honorários em causa própria.....	30
8. Decisão judicial omissa quanto aos honorários sucumbenciais e o direito de cobrança em ação autônoma	30
9. Processos, procedimentos e fases processuais em que será cabível a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais	31
10. Base de cálculo, alíquota e critérios para a fixação dos honorários sucumbenciais	33
11. Honorários quando a Fazenda Pública for parte	33
12. Cumprimento de sentença e a Fazenda Pública	35
13. O conteúdo da decisão e os honorários	35
14. Do reconhecimento de procedência do pedido pelo réu	35
15. Ação sem lide e os honorários sucumbenciais	36
16. Honorários para os advogados públicos.....	36
17. Distribuição do ônus em caso de litisconsórcio	37
18. Honorários nos casos em que ocorre a perda do objeto da demanda	37
19. Base de cálculo dos honorários em ações por ato ilícito em que há prestações mensais.....	37
20. Majoração dos honorários pelo tribunal ao julgar recursos	38
21. Causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.....	38
22. Sucumbência de parte mínima do pedido	38
23. Honorários advocatícios sucumbenciais e a gratuidade da justiça	38
24. Honorários em caso de exclusão <i>prima facie</i> do réu	39
25. Honorários e <i>amicus curiae</i>	39
§ 6º – Da gratuidade da justiça	39
1. A Lei n. 1.060/50	39
2. Pessoas que podem requerer a gratuidade da justiça.....	39
3. O requisito para a concessão	40

4. Direito personalíssimo.....	40
5. Forma e momento de se requerer e efeitos da decisão.....	40
6. Prova da insuficiência.....	40
7. Extensão da gratuidade da justiça	41
8. Gratuidade da justiça e multas processuais	42
9. Direito ao parcelamento das despesas processuais	42
10. Da suspensão da exigibilidade dos valores devidos pelo beneficiário da gratuidade da justiça	42
11. Requerimento feito em grau recursal	43
12. Forma de impugnação da decisão que concede a gratuidade da justiça.....	43
13. Recurso cabível contra a decisão que indefere ou revoga o pedido de gratuidade da justiça	43
14. Consequências da revogação do benefício.....	44
15. Atos e despesas que estão acobertadas pelo deferimento do benefício legal	44
16. Inexistência de dever de renovar o pedido de gratuidade da justiça a cada instância	45
17. Desnecessidade de se fazer menção nas peças recursais que o recorrente foi agraciado com os benefícios da gratuidade da justiça..	45
§ 7º – Dos procuradores	45
1. Profissional inscrito nos quadros da OAB.....	45
2. Requisitos da procuração	46
3. Eficácia da procuração	46
4. Direito de retirar os autos do cartório da secretaria	46
5. Retirada dos autos da secretaria do cartório em caso de prazo comum.....	47
§ 8º – Da sucessão das partes e dos procuradores	47
1. Da assistência do adquirente ou do cessionário	47
2. Revogação do mandato do advogado pela parte	48

3. Renúncia do advogado	48
§ 9º – Litisconsórcio	48
1. Litisconsórcio facultativo.....	48
2. Litisconsórcio multitudinário	48
3. Litisconsórcio necessário	48
4. Litisconsórcio unitário.....	48
5. Sentença de mérito proferida sem a integração do contraditório	49
6. Litisconsórcio passivo necessário não formado	49
§ 10 – Intervenção de terceiros	49
1. Assistência.....	49
2. Denúnciação da lide	50
3. Chamamento ao processo.....	51
4. Notas sobre a oposição, a nomeação à autoria e o recurso de terceiro prejudicado	51
5. Outras espécies de intervenção de terceiros.....	52
§ 11 – Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	52
1. Introdução.....	52
2. Legitimidade para requerer a instauração	53
3. Momento e procedimentos em que se pode requerer sua instauração.....	53
4. Situações em que é cabível (pressupostos legais)	53
5. Procedimento.....	54
6. Acolhimento do pedido e fraude à execução.....	55
§ 12 – Do <i>amicus curiae</i>	55
1. Introdução.....	55
2. Base legal no novo CPC	55
3. Cabimento	56
4. Pessoas que podem funcionar como <i>amicus curiae</i>	56
5. Forma de ingresso no processo	57
6. Natureza da decisão que admite ou não o ingresso do terceiro	

no processo como <i>amicus curiae</i>	57
7. Momento do procedimento que pode se dar a intervenção	57
8. Prazo para a apresentação da manifestação escrita	58
9. Alteração da competência.....	58
10. Interposição de recursos pelo terceiro interveniente	58
11. Poderes do terceiro	58
12. Honorários advocatícios sucumbenciais	58
13. Despesas processuais.....	59
§ 13 – Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz.....	59
1. Introdução.....	59
2. Postulações meramente protelatórias	59
3. Da efetividade no cumprimento das decisões judiciais.....	59
4. Incentivo à autocomposição	59
5. Dilação dos prazos processuais	60
6. Flexibilidade do procedimento judicial.....	60
7. Demandas individuais repetitivas.....	60
8. O antigo e famoso art. 130 do CPC/1973.....	61
9. Responsabilidade civil do magistrado.....	61
§ 14 – Dos impedimentos e da suspeição	61
1. Introdução.....	61
2. Causas de impedimento.....	61
3. Causas de suspeição	63
4. Forma e prazo para se alegar tanto o impedimento quanto a suspeição	64
5. Reconhecimento pelo juiz de que é impedido ou suspeito.....	64
6. Discordância pelo juiz de que seja impedido ou suspeito.....	64
7. Do efeito suspensivo do incidente.....	65
8. O julgamento do incidente e seus efeitos no processo	65
9. Vedação para magistrados que são parentes possam atuar no mesmo processo	66

10. Impedimento e suspeição de outros sujeitos do processo	66
§ 15 – Dos auxiliares da justiça	66
1. Pessoas que são consideradas auxiliares da justiça	66
2. Oficiais de justiça	66
3. Escrivão ou Chefe de Secretaria.....	67
4. Perito	67
5. Depositário	68
6. Os conciliadores e os mediadores judiciais.....	68
§ 16 – Ministério Público	70
§ 17 – Advocacia Pública	71
§ 18 – Defensoria Pública	72
§ 19 – Os escritórios das Faculdades de Direito	72
§ 20 – Entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a OAB ou com a Defensoria Pública	72
 IV - DOS ATOS PROCESSUAIS	 73
§ 1º – Dos atos em geral	73
1. Princípios da liberdade das formas e da instrumentalidade do processo.....	73
2. Princípio da publicidade.....	73
3. Princípio da documentação	74
4. Cláusula geral sobre negócios jurídicos processuais.....	74
5. Flexibilidade do procedimento judicial.....	75
§ 2º – Da prática eletrônica de atos processuais	76
1. Introdução.....	76
2. Produção, comunicação, armazenamento e validação dos atos processuais	77
3. Atos notariais e registrais	77
4. Dos limites dos sistemas de automação	77
5. Do registro do ato processual eletrônico.....	78
6. Da competência para regulamentar a prática e a comunicação	

oficial dos atos processuais por meio eletrônico	78
7. Da divulgação das informações do sistema de automação	78
8. Problemas técnicos e a fluência dos prazos processuais	78
9. Do dever de o Judiciário disponibilizar equipamentos eletrônicos para a prática dos atos processuais.....	79
10. Da acessibilidade ao sistema	79
§ 3º – Atos da parte	79
§ 4º – Pronunciamentos do juiz.....	80
1. Introdução.....	80
2. Conceito de sentença	80
3. Conceito de decisão interlocutória	80
4. Conceito de despacho.....	81
5. Conceito de atos meramente ordinatórios	81
6. Conceito de acórdão	81
7. Redação, assinatura e data dos pronunciamentos judiciais	82
8. Da publicação, no Diário Oficial, dos pronunciamentos judiciais ..	82
§ 5º – Dos atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	82
§ 6º – Tempo e Lugar dos atos processuais	82
1. Introdução.....	82
2. A prática eletrônica de ato processual	83
3. Atos processuais que são praticados mesmo durante as férias.....	83
4. Procedimentos que tramitam durante as férias.....	83
5. Dos feriados.....	83
6. Lugar para a prática dos atos processuais	83
§ 7º – Prazos processuais	84
1. Introdução.....	84
2. Omissão da lei e do juiz quanto ao prazo.....	84
3. Ato processual praticado antes do termo inicial do prazo.....	84
4. Contagem dos prazos processuais em dias úteis	84
5. Forma de contagem dos prazos	85

6. Da diferença entre disponibilização e publicação	85
7. Perda do prazo e justa causa.....	85
8. Das intimações por meio eletrônico quando feitas fora do Diário Oficial.....	85
9. Recesso forense de final de ano.....	86
10. Campanhas de autocomposição e suspensão dos prazos	87
11. Redução dos prazos peremptórios	87
12. Dos prazos para o juiz proferir seus pronunciamentos	88
13. Dos prazos dos serventuários da justiça	88
14. Da juntada de petições e manifestações em processos com autos eletrônicos.....	88
15. Contagem dos prazos quando houver litisconsórcio com procuradores distintos	89
16. O termo inicial dos prazos processuais	90
§ 8º – Da verificação dos prazos e das penalidades	92
1. Introdução.....	92
2. Legitimidade para representar ao juiz contra o serventuário	92
3. Legitimidade para representar contra juiz ou relator	92
4. Retenção dos autos do processo além do prazo permitido.....	92
§ 9º – Comunicação dos atos processuais	93
1. Introdução.....	93
2. Da expedição de carta	93
3. Videoconferência e outras tecnologias	93
4. As espécies de cartas	93
5. Citação: conceito e pressuposto processual	94
6. Comparecimento espontâneo do réu	94
7. Da alegação de nulidade por vício na citação	94
8. Os efeitos da citação.....	94
9. Da comunicação ao réu de que há sentença de mérito a seu favor nos casos do art. 330.....	96

10. Da pessoalidade da citação.....	96
11. Da citação das pessoas jurídicas de direito público	96
12. Da citação de pessoa mentalmente incapaz ou impossibilitada de recebê-la	96
13. As formas de se realizar a citação	97
14. Hipóteses em que não se pode realizar citação pelo correio	97
15. Citação por meio eletrônico das empresas de médio porte, das empresas de grande porte, das empresas públicas, da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e das entidades da administração indireta	97
16. Citação das pessoas jurídicas	98
17. Citação de pessoas que têm domicílio em condomínio edifício ou loteamentos com controle de acesso	98
18. Citação por oficial de justiça	98
19. Citação com hora certa.....	99
20. Prática de atos processuais pelo oficial de justiça em comarcas contíguas.....	99
21. Citação por edital	99
22. Apoio do Judiciário ao autor que tentar descobrir o endereço do réu.....	100
23. Das cartas	100
24. Intimações: introdução	101
25. Intimação do advogado por meio do correio.....	101
26. O ofício da intimação	101
27. Intimação das pessoas jurídicas de direito público	101
28. Intimação por meio eletrônico.....	102
29. Intimação pelo Diário Oficial.....	102
30. Intimação da sociedade de advogados	102
31. Requisitos da intimação	102
32. Requisitos da certidão de intimação.....	102

33. Intimações que devem ser feitas em nome de um ou mais advogados específicos	103
34. Intimação e ciência inequívoca de decisões judiciais	103
35. Invalidade da intimação	103
36. Retirada dos autos por preposto	104
37. Mudança de endereço durante o trâmite do processo	104
§ 10 – Nulidades	105
1. Introdução.....	105
2. Ausência de intimação do MP.....	105
§ 11 – Distribuição e registro	105
1. Introdução.....	105
2. Lista de distribuição	105
3. Dos endereços que devem constar da procuração.....	105
4. Hipóteses em que está dispensada a juntada da procuração.....	106
5. Cancelamento da distribuição	106
§ 12 – Valor da causa	106
1. Introdução.....	106
2. Valor da causa na reconvenção.....	106
3. Formas de se calcular o valor da causa	106
4. Retificação do valor da causa de ofício pelo juiz	107
5. Impugnação ao valor da causa	107
V – DA TUTELA PROVISÓRIA	107
§ 1º – Disposições gerais da tutela provisória	107
1. Introdução sobre a tutela provisória	107
2. Fundamentos da tutela provisória	108
3. Tutela de urgência antecedente e incidental	108
4. Provisoriedade da tutela	109
5. Efetivação da tutela provisória.....	109
6. Fundamentação da decisão que conceder, negar, modificar ou	

revogar a tutela provisória.....	110
7. Competência para apreciar o pedido de tutela provisória em primeira instância	110
8. Competência para apreciar o pedido de tutela provisória nas ações de competência originária	110
9. Tutela incidental e custas.....	111
10. Recurso cabível	111
§ 2º – Disposições gerais da tutela de urgência.....	111
1. Introdução.....	111
2. Requisitos	112
3. Exigência de caução	112
4. Concessão liminarmente ou após justificação prévia.....	113
5. Irreversibilidade da tutela de natureza antecipada	113
6. Das várias formas de efetivação da tutela de natureza cautelar	113
7. Reparação dos danos em razão da efetivação da tutela de urgência	114
8. Pedido incontroverso e tutela de urgência.....	114
§ 3º – Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	114
1. Introdução.....	114
2. Requisitos da petição inicial.....	115
3. Do dever de aditar a petição inicial após a concessão da liminar....	115
4. Do indeferimento da tutela pretendida	116
5. Da estabilidade da tutela antecipada	116
§ 4º – Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	119
1. Introdução.....	119
2. Requisitos da petição inicial.....	119
3. Fungibilidade na tutela de urgência.....	120
4. Citação, contestação e provas.....	120

5. Ausência de contestação.....	120
6. Procedimento aplicável	120
7. Da apresentação do pedido principal após a efetivação da tutela cautelar	120
8. Cessação da eficácia da tutela cautelar preparatória	121
9. Independência relativa entre a tutela cautelar e a tutela definitiva.....	121
§ 5º – Tutela da evidência	121
VI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	122
§ 1º – Formação do processo	122
§ 2º – Suspensão do processo.....	123
1. Introdução.....	123
2. Causas de suspensão do processo.....	123
3. Consequências em razão da ocorrência de alguma das causas suspensivas	123
4. Suspensão do processo, atos urgentes, impedimento e suspeição	124
5. Da relação e interdependência entre as jurisdições civil e penal ..	124
§ 3º – Extinção do processo	125
1. Introdução.....	125
2. Do tipo de pronunciamento que extingue o processo	125
3. Oportunidade para correção do vício	125
SEGUNDA PARTE – PROCESSO DE CONHECIMENTO	127
I – DO PROCEDIMENTO COMUM.....	129
§ 1º – Considerações iniciais.....	129
§ 2º – Petição inicial	129
1. Requisitos	129
2. Impossibilidade de indeferimento da exordial por falta de informações no inciso II	130

3. Dever do Judiciário em auxiliar o autor a descobrir informações sobre o réu	131
4. Documentos essenciais.....	131
5. Emenda da petição inicial	131
6. Considerações iniciais sobre o pedido	131
7. Pedidos implícitos	131
8. Interpretação do pedido	132
9. Ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas.....	132
10. Pedido genérico.....	132
11. Pedidos alternativos.....	132
12. Pedidos sucessivos	132
13. Cumulação de pedidos	132
14. Obrigação indivisível	133
15. Estabilização da lide.....	133
16. Indeferimento da petição inicial.....	133
17. O momento processual para o pronunciamento sobre o art. 330.....	134
18. Procedimento após o indeferimento da petição inicial.....	135
§ 3º – Improcedência liminar do pedido	136
1. Introdução.....	136
2. Do requisito básico para a utilização do <i>caput</i> do art. 332	136
3. Do pedido formulado pelo autor	137
4. Direito federal sumulado por tribunal de justiça.....	137
5. Improcedência liminar do pedido ante a ocorrência de prescrição ou decadência.....	138
6. Recurso de apelação.....	139
7. Retratação do juiz.....	139
8. Não interposição de apelação.....	139
§ 4º – Conversão da ação individual em ação coletiva.....	140

§ 5º – Audiência de conciliação ou de mediação	141
1. Requisitos para a marcação da audiência	141
2. Casos em que não haverá audiência	141
3. Intimação do autor para a audiência	142
4. Conciliador e mediador	142
5. Número de sessões destinado à conciliação e à mediação	142
6. Da forma de manifestar o desinteresse pela realização da audiência por parte do autor, do réu ou em caso de litisconsórcio....	142
7. Audiência realizada por meio eletrônico	142
8. Não comparecimento à audiência	143
9. Representante da parte	143
10. Obrigatoriedade da presença de advogado ou defensor público .	143
11. Acordo homologado pelo juiz	144
12. Intervalo entre as audiências	144
13. Nota conclusiva	144
§ 6º – Contestação	145
1. Prazo para apresentação e seu termo inicial	145
2. Dever de alegar toda a matéria de defesa de uma só vez e requisitos da contestação	146
3. Preliminares	146
4. Matérias que devem ou não ser conhecidas <i>ex officio</i>	146
5. Convenção de arbitragem e preclusão	146
6. Retificação do polo passivo	147
7. Da alegação de incompetência absoluta ou relativa	148
8. Manifestação do réu sobre as alegações de fato da petição inicial	149
§ 7º – Reconvenção	149
1. Noções gerais	149
2. Reconvenção sem contestação	149
3. Intimação do autor	150

4. Reconvenção à reconvenção	150
5. Desistência ou extinção da ação	150
6. Reconvenção e o terceiro	150
7. Valor da causa.....	151
8. Estabilização da lide reconvenicional	151
9. Anotações no distribuidor.....	151
10. Despesas processuais e honorários sucumbenciais	151
§ 8º – Revelia.....	151
§ 9º – Providências preliminares e saneamento.....	152
1. Introdução.....	152
2. Da não incidência dos efeitos da revelia	152
3. Ação declaratória incidental	152
4. Impugnação à contestação.....	152
§ 10 – Julgamento conforme o estado do processo.....	152
1. Extinção total do processo.....	152
2. Extinção parcial do processo.....	152
3. Julgamento antecipado do mérito.....	153
4. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	153
5. Saneamento compartilhado e a organização do procedimento	155
§ 11 – Audiência de instrução e julgamento.....	156
1. Cabimento da AIJ	156
2. Tentativa de conciliação ou mediação.....	157
3. Deveres do juiz na AIJ	157
4. Adiamento da AIJ	157
5. Da intimação sobre a antecipação ou o adiamento da AIJ	158
6. Razões finais ou memoriais.....	158
7. Características da AIJ	158
8. Das pessoas que devem subscrever o termo de audiência	158
9. Gravação da audiência	158
§ 12 – Provas: teoria geral.....	159

1. Prolegômeros.....	159
2. Meios de prova típicos e atípicos	159
3. Da convicção do juiz e as provas aparentemente desnecessárias..	160
4. Valoração da prova	160
5. Prova emprestada	160
6. Distribuição do ônus da prova: estática e dinâmica	161
7. Distribuição diversa do ônus da prova	162
8. Direito de não produzir prova contra si próprio.....	162
9. A prova de conhecimento ou em poder de terceiro	163
§ 13 – Produção antecipada da prova	163
1. Noções gerais	163
2. Hipóteses de cabimento.....	163
3. Momento para requerer a medida.....	164
4. Competência.....	164
5. Requisitos da petição.....	165
6. Citação dos interessados.....	165
7. Limites à atividade jurisdicional	165
8. Cumulação de pedidos	165
9. Inexistência de defesa ou recurso no procedimento.....	166
10. O procedimento a ser adotado na produção antecipada de provas	166
11. Arrolamento de bens simplificado.....	166
12. Justificação	166
13. Fim do procedimento	167
§ 14 – Ata notarial.....	167
§ 15 – Depoimento pessoal.....	168
1. Não se pode requerer o depoimento de si próprio.....	168
2. <i>Ex officio</i>	168
3. Pena de confesso para a parte ausente.....	168

4. Depoimento da parte que resida em outra comarca, seção ou subseção	168
5. Não obrigatoriedade de depor sobre determinados fatos	168
§ 16 – Confissão	169
1. Confissão de pessoa casada ou amasiada	169
2. Eficácia e validade da confissão	169
§ 17 – Exibição de documento ou coisa	169
1. Possível cancelamento do enunciado da Súmula n. 372 do STJ... ..	169
2. Prazo para o terceiro responder	170
3. Medidas coercitivas contra o terceiro em posse do documento ou da coisa	170
4. Escusa de exibição	170
§ 18 – Prova documental	170
1. Autenticidade do documento	170
2. Fotografia	171
3. Mensagem eletrônica	171
4. Da conferência da autenticidade de cópia de documento particular	172
5. Prazo para instaurar a arguição de falsidade	172
6. Procedimento da arguição de falsidade	172
7. Desnecessidade de se suspender o processo durante a arguição de falsidade	173
8. Forma de resolução da arguição de falsidade	173
9. Momento no qual se deve juntar a documentação no processo	173
10. Momento para a juntada de documento que consista em reprodução cinematográfica ou fonográfica	174
11. Do conteúdo da manifestação da parte sobre documentos juntados nos autos	174
12. Prazo para a manifestação da parte sobre os documentos juntados pela outra	175

13. Documentos eletrônicos	175
§ 19 – Prova testemunhal	175
1. Limite para a prova exclusivamente testemunhal	175
2. Aumento do rol da hipóteses em que se admite a prova testemunhal porque o credor não podia obter a prova escrita da obrigação	176
3. Pessoas que não podem depor	176
4. Rol de testemunhas: prazo, requisitos e número de testemunhas	176
5. Oitiva de testemunhas que residem em outra comarca, seção ou subseção	177
6. Privilégio de certas pessoas serem ouvidas como testemunhas fora da sede do juízo	178
7. Forma de intimação das testemunhas	178
8. Ordem de inquirição das testemunhas	179
9. Forma de inquirição das testemunhas	179
10. Forma de se documentar o depoimento	180
11. Acareação	180
§ 20 – Prova pericial	180
1. Introdução	180
2. Prova técnica simplificada	181
3. Qualificação do perito	181
4. Prazo para a manifestação das partes sobre a nomeação do perito	182
5. Incumbências do perito após a sua nomeação	182
6. Honorários do perito	182
7. Devolução dos honorários periciais	183
8. Participação, acompanhamento e ciência dos assistentes técnicos sobre a perícia	184
9. Intimação da parte contrária sobre os quesitos suplementares	184

10. Requisitos do laudo pericial	184
11. Escolha do perito pelas partes	185
12. O juiz está adstrito ao laudo pericial?	186
13. Prazo para manifestação das partes e dos assistentes técnicos sobre o laudo pericial	187
14. Dever de esclarecimento do perito e do assistente técnico	188
§ 21 – Inspeção judicial	188
§ 22 – Sentença	188
1. Sentença terminativa	188
2. Matérias cognoscíveis de ofício pelo juiz	189
3. Inércia do réu em não arguir certos vícios, em preliminar, na primeira oportunidade	190
4. Desistência da ação e desídia do autor	190
5. Apelação contra a sentença que não resolve o mérito e possibilidade de retratação do juiz	190
6. Consequências da não resolução do mérito e a propositura de nova ação pelo autor	191
7. Sentença definitiva	191
8. Prescrição e decadência.....	191
9. Não há nulidade sem prejuízo	191
10. Elementos essenciais da sentença	192
11. Ausência de um dos requisitos da sentença.....	192
12. Das hipóteses em que não se pode considerar a decisão judicial (interlocutória, sentença ou acórdão) como devidamente fundamentada	192
13. Conflito entre normas?	196
14. Interpretação da decisão judicial	197
15. Fixação dos juros, da correção monetária e da extensão da obrigação pela sentença	197
16. Fato superveniente.....	198

17. Hipoteca judiciária	198
§ 23 – Remessa necessária	199
1. Sentenças sujeitas à remessa necessária.....	199
2. Exceções à regra da remessa necessária com base no proveito econômico	200
3. Exceções à regra da remessa necessária com base na força dos precedentes	200
§ 24 – Tutela específica das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	201
1. A busca pelo resultado prático equivalente nas obrigações de fazer e de não-fazer	201
2. Requisitos desnecessários para a concessão da tutela específica ..	201
3. Tutela específica para a entrega de coisa.....	201
4. Da conversão em perdas e danos.....	202
5. Multa cumulada com perdas e danos	202
6. Do conteúdo dos §§ 3º a 6º do art. 461 do CPC/1973.....	202
7. Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade...	202
8. A quem pertence o valor devido em razão de aplicação de astreinte?.....	202
§ 25 – Coisa julgada	203
1. Aprimoramento do conceito	203
2. Limites objetivos da coisa julgada e a questão prejudicial	203
3. Aquilo que não faz coisa julgada.....	206
4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	206
5. Preclusão	206
II – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	207
1. Introdução.....	207
2. Espécies.....	207
3. Legitimidade.....	207

4. Procedimento.....	208
III – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	208
§ 1º – Introdução	208
§ 2º – Disposições gerais	209
1. Regras aplicáveis a todos os procedimentos na fase de cumprimento de sentença	209
2. Legitimidade ativa e passiva em caso de sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo.....	209
3. Intimação do devedor	209
4. Cumprimento de sentença iniciado após um ano do trânsito em julgado da decisão judicial	210
5. Cumprimento de sentença em face de pessoa que não foi parte na fase de conhecimento	210
6. Procuração com validade apenas até a fase de conhecimento do processo	210
7. Títulos executivos judiciais.....	211
8. Necessidade de citação do devedor em alguns casos.....	211
9. Ampliação subjetiva e objetiva da lide para fins de autocomposição.....	212
10. Protesto de sentença judicial	212
11. Forma de se arguir as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos ...	213
12. Da efetivação da tutela provisória.....	213
§ 3º – Cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	214
1. Cabimento e características do cumprimento provisório da sentença	214
2. Impugnação ao cumprimento provisório da sentença	214

3. Multa pelo não pagamento espontâneo do valor da condenação	214
4. Consequências da reforma do título executivo objeto de cumprimento provisório	215
5. Casos em que se pode dispensar a caução no cumprimento provisório	216
6. Peças que formam a carta de sentença	217
7. Honorários advocatícios sucumbenciais	217
§ 4º – Cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, não fazer ou dar coisa	217
§ 5º – Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	217
1. Cabimento e prazo para pagamento	217
2. Multa de 10% e honorários advocatícios	218
3. Efeitos em caso de pagamento parcial	218
4. Consequência do não pagamento voluntário.....	218
5. Requisitos da petição inicial.....	218
6. Discrepância aparente entre o valor apontado no demonstrativo e o valor da condenação	219
7. Auxílio para a verificação dos cálculos	219
8. Da requisição de documentos em poder de terceiros	219
9. Da requisição de documentos em poder do executado e a sanção em caso de não apresentação.....	219
10. Forma de defesa do executado e prazo para tanto.....	220
11. Matéria que pode ser objeto dessa impugnação	220
12. Alegação de impedimento ou suspeição.....	220
13. Alegação de excesso de execução na impugnação.....	220
14. Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> da impugnação.....	221
15. Retirada do efeito suspensivo da impugnação a pedido do exequente.....	222

16. Arguição de fato superveniente após a apresentação da impugnação	222
17. Inexibibilidade do título executivo e a doutrina da “coisa julgada inconstitucional”	223
18. Pagamento espontâneo, em juízo, do valor devido pelo devedor	224
19. Aplicação dessas regras ao cumprimento provisório da sentença	224

§ 6º – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	224
1. Introdução e cabimento	224
2. Prazo para pagamento	225
3. Justificativa do devedor que não pode pagar	225
4. Consequência imediata do não pagamento ou da falta de justificativa	225
5. Prisão civil	226
6. Procedimento de cumprimento de sentença sem a possibilidade de se requerer a prisão do devedor	226
7. Competência	227
8. Alimentos com desconto em folha de pagamento	227
9. Penhora de bens	228
10. Forma de processamento da execução dos alimentos provisórios e dos fixados por sentença ainda não passada em julgado	228
11. Forma de processamento da execução dos alimentos definitivos	228
12. Do crime de abandono material	228

§ 7º – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	229
1. Introdução	229

2. Cabimento e requisitos da petição inicial.....	229
3. Multa pelo não pagamento do valor devido em determinado prazo	229
4. Impugnação ao cumprimento de sentença	230
5. Alegação de excesso de execução	230
6. Alegação de impedimento ou suspeição.....	230
7. Efeitos da não apresentação da impugnação ou de sua rejeição ...	230
8. Solução para o caso de impugnação parcial.....	231
9. Inexigibilidade do título e a doutrina da “coisa julgada inconstitucional”.....	231
10. Cumprimento provisório da sentença contra a Fazenda Pública.....	231

§ 8º – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer

1. Introdução.....	232
2. Medidas que podem ser tomadas para se buscar a efetivação do resultado prático equivalente.....	232
3. Sanção para quem descumprir a ordem judicial.....	232
4. O meio de defesa do executado.....	233
5. Aplicabilidade dessas regras ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.....	233
6. Multa coercitiva: características, pessoa a quem é devida e forma de execução.....	234

§ 9º – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entrega de coisa

1. Introdução.....	236
2. Cabimento	237
3. Das benfeitorias.....	237
4. Aplicação subsidiária de outras regras	237

IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	237
§ 1º – Introdução	237
§ 2º – Ação de consignação em pagamento	238
§ 3º – Ação de exigir contas	238
1. Introdução.....	238
2. Procedimento.....	238
§ 4º – Ações possessórias.....	240
1. Introdução.....	240
2. Princípio da fungibilidade	240
3. Citação de vários réus	240
4. Cumulação de pedidos	241
5. Posse vs. propriedade	241
6. Procedimento especial vs. procedimento comum.....	241
7. Caução dada pelo autor	241
8. Prazo para contestação	242
9. Procedimento nos conflitos coletivos de posse	242
§ 5º – Ação de divisão e de demarcação de terras particulares.....	243
1. Introdução.....	243
2. Objeto	243
3. Realização dessas pretensões extrajudicialmente	243
4. Possibilidade de se dispensar a prova pericial	243
5. Da desnecessidade de cumular, ao pedido demarcatório, o de restituição em caso de apresentar queixa de esbulho ou turbção	243
6. Dever de intimar os demais condôminos da ação demarcatória ...	244
7. Prazo para contestar	244
8. Aplicação do procedimento comum.....	244
9. Perito para levantar o traçado da linha demarcanda.....	244
10. Prazo para as partes se manifestarem sobre o relatório dos peritos	244
11. Da perícia na ação divisória	245

12. Alguns prazos para manifestação das partes	245
13. Conceito de benfeitoria na ação divisória	245
14. Dispositivos que foram suprimidos.....	245
§ 6º – Ação de dissolução parcial de sociedade.....	245
1. Introdução.....	245
2. Hipóteses de cabimento da ação de dissolução parcial	246
3. Espécies de sociedade que podem ser parte nesse procedimento .	247
4. Documento essencial à propositura da ação.....	248
5. Legitimidade ativa e passiva	248
6. Pedido de compensação formulado pela pessoa jurídica	250
7. Desnecessidade de passar pelo pleito da dissolução	251
8. Honorários advocatícios e pedido incontroverso	251
9. Procedimento a ser adotado em caso de apresentação de contestação	251
10. Método para a apuração dos haveres.....	252
11. Determinação da data da resolução da sociedade	252
12. Nomeação do perito	253
13. Valores devidos ao ex-sócio, ao espólio ou aos seus sucessores até a data da resolução, bem como após essa data	253
14. Forma de pagamento dos haveres	254
§ 7º – Inventário e partilha.....	254
1. Introdução.....	254
2. Gratuidade da justiça.....	254
3. Legitimidade concorrente do companheiro para requerer a abertura do inventário.....	254
4. Início, de ofício, do inventário	254
5. Pessoas que podem ser nomeadas inventariantes.....	254
6. Alguns novos dados que devem constar das primeiras declarações	255
7. Pessoas que podem prestar as primeiras declarações.....	255

8. Prazo para o inventariante se defender no incidente de remoção .	255
9. Multa ao inventariante removido que delongar na entrega dos bens ao seu substituto	255
10. Forma de citação dos herdeiros e legatários acerca das primeiras declarações	255
11. Prazo para impugnação das primeiras declarações	256
12. Sobre o herdeiro preterido	256
13. Da supressão da expressão “alta indagação”.....	256
14. Prazo para a Fazenda Pública se manifestar.....	256
15. Perito para a apuração de haveres	257
16. Da repetição da avaliação.....	257
17. Avaliação dos bens pela Fazenda Pública	257
18. Prazo para as partes se manifestarem sobre as últimas declarações	257
19. Prazo para os herdeiros serem ouvidos sobre eventual doação inoficiosa e violação da legítima	257
20. Prazo para que o herdeiro que recebeu bens indevidamente em vida os devolva ao espólio.....	258
21. Do dever de intimação dos donatários a se pronunciar sobre o pagamento das dívidas aos credores do espólio	258
22. Prazo para a formulação de pedido de quinhão.....	258
23. Possibilidade de antecipação do exercício dos direitos de uso e de fruição	258
24. Regras a serem observadas na partilha dos bens.....	259
25. Bens insusceptíveis de divisão cômoda	259
26. Herdeiro nascituro	260
27. Prazo para as partes se manifestarem sobre o esboço de partilha.....	260
28. Dívida perante a Fazenda Pública e o julgamento da partilha	260
29. Inventário que deverá ser processado na forma de arrolamento....	260

30. Arrolamento comum decorrente da autonomia das partes	260
31. Perda da eficácia da tutela provisória	260
32. Cumulação de inventários	261
§ 8º – Embargos de terceiro	261
1. Introdução.....	261
2. Cabimento	261
3. Pessoas que são vistas pela lei como terceiros	262
4. Prazo para o avarramento dos embargos	262
5. Dever do juiz de intimar terceiros que possam vir a ter interesse na causa	263
6. Competência.....	263
7. Legitimidade passiva.....	263
8. Liminar.....	264
9. Efeito suspensivo dos embargos de terceiro.....	264
10. Prazo de resposta.....	264
11. Rito a ser aplicado	264
12. Sentença	265
13. Os ônus sucumbenciais	265
§ 9º – Oposição	266
1. Introdução.....	266
2. Oposição ajuizada após o início da audiência de instrução e julgamento.....	266
3. Procedimento.....	266
§ 10 – Habilitação.....	266
1. Introdução.....	266
2. Momento e instância em que pode ser proposta	267
3. Forma de autuação da petição inicial	267
4. Efeito imediato da propositura da habilitação.....	267
5. Citação e prazo de resposta	267
6. Consequência da impugnação ao pedido de habilitação	267

§ 11 – Ações de família	268
1. Introdução e cabimento do rito.....	268
2. Tentativa contínua de se conciliar ou mediar as partes	268
3. Procedimento.....	268
4. Audiência de conciliação e mediação.....	269
5. Ministério Público.....	269
6. Causas que envolvam abuso ou alienação parental.....	269
§ 12 – Ação monitória	270
1. Introdução.....	270
2. Cabimento	270
3. Prova oral documentada como exemplo de prova escrita.....	270
4. Requisitos específicos da petição inicial	271
5. Valor da causa.....	271
6. Hipótese específica de inépcia da petição inicial	271
7. Adaptação da petição inicial aos moldes do rito comum	271
8. Monitória contra a Fazenda Pública.....	271
9. Formas de citação.....	272
10. Da expedição do mandado monitório.....	272
11. Honorários advocatícios sucumbenciais previamente estipulados	272
12. Benefícios em caso de cumprimento do mandado no prazo legal	272
13. Constituição do título executivo judicial.....	272
14. Ação rescisória contra a decisão que determina a expedição de mandado monitório.....	273
15. Remessa necessária nos casos de não apresentação de embargos pela Fazenda Pública	273
16. Embargos à ação monitória	273
17. Alegação de excesso de cobrança pelo réu.....	273
18. Efeito suspensivo dos embargos.....	274

19. Prazo para a réplica do autor	274
20. Reconvenção	274
21. Consequência do oferecimento de embargos parciais.....	274
22. Recurso cabível	275
23. Penalidade ao autor da ação monitória proposta indevidamente e de má-fé	275
24. Sanção ao réu da ação monitória que opuser embargos de má-fé.....	275
§ 13 – Homologação do penhor legal.....	276
1. Introdução.....	276
2. Cabimento, procedimento inicial e requisitos específicos da exordial	276
3. Homologação pela via extrajudicial.....	276
4. Matéria que pode ser alegada em defesa	277
5. Procedimento a ser aplicado a partir da audiência preliminar	277
6. Sentença	277
7. Poderes do relator da apelação	277
§ 14 – Regulação de avaria grossa	278
1. Introdução.....	278
2. Cabimento	278
3. Função inicial do regulador.....	278
4. Discordância da parte quanto à declaração de abertura da avaría grossa.....	279
5. Ausência de garantia idônea do consignatário	279
6. Consequência da recusa do consignatário em prestar caução	279
7. Dos gastos com a alienação da carga do consignatário.....	279
8. Documentos a serem apresentados pelas partes	279
9. Prazo para o regulador apresentar o regulamento da avaria grossa.....	279
10. Intimação das partes do regulamento da avaria grossa	279

11. Impugnação do regulamento e decisão do juiz	280
12. Equiparação do regulador ao perito	280
§ 15 – Restauração de autos	280
1. Introdução.....	280
2. Aplicabilidade aos autos eletrônicos	280
3. Legitimidade para a instauração do feito	280
4. Procedimento a ser aplicado em caso de ausência de concordância de todos	280
V – PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	281
§ 1º – Introdução	281
§ 2º – Disposições Gerais	281
1. Rito comum x Rito especial	281
2. Legitimidade ativa.....	282
3. Prazo para manifestação das pessoas citadas e do MP.....	282
4. Procedimentos comuns de jurisdição voluntária.....	282
5. Alvará judicial	282
6. Homologação de autocomposição extrajudicial.....	282
§ 3º – Notificação, Interpelação e Protesto.....	283
1. Introdução.....	283
2. Cabimento	283
§ 4º – Alienação judicial.....	283
§ 5º – Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio	283
1. Introdução.....	283
2. Separação e Divórcio	284
3. União estável.....	284
4. Divórcio, separação e extinção de união estável por escritura pública	285
5. Alteração do regime de bens do casamento	285

§ 6º – Testamentos e Codicilos.....	285
§ 7º – Herança Jacente.....	285
§ 8º – Bens dos Ausentes	286
§ 9º – Coisas Vagas	286
§ 10 – Interdição.....	286
1. Introdução.....	286
2. Legitimidade.....	286
3. Curatela provisória	286
4. Entrevista do interditando com o juiz	287
5. Prazo para o interditando impugnar o pedido	287
6. Inexistência de advogado do interditando	287
7. Assistência do cônjuge, companheiro ou algum parente.....	287
8. Perícia.....	287
9. Demais providências e prolação da sentença	288
10. Dos efeitos da sentença que decretar a interdição.....	288
11. Perícia para levantar a curatela.....	289
12. Encerramento parcial da curatela	289
13. Da extensão da autoridade do curador	289
14. Tratamento e apoio ao interdito.....	289
§ 11 – Disposições comuns à tutela e à curatela.....	289
§ 12 – Organização e fiscalização das fundações.....	289
§ 13 – Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	290

TERCEIRA PARTE – DO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... 291

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 1º – Introdução

 1. Primeiras palavras

 2. Matéria regulada nesse Livro II

 3. Aplicação de regras subsidiárias ao Livro II

§ 2º – Demais regras das disposições gerais da execução	293
1. Possibilidade de o juiz determinar que sujeitos prestem informações sobre o objeto da execução.....	293
2. Entrega de documentos e dados	294
3. Ato atentatório à dignidade da justiça no processo executivo.....	294
4. Forma de cobrança da multa ou de indenização	294
II – PARTES.....	295
1. Consentimento do executado na sucessão no processo de execução.....	295
2. Legitimidade passiva.....	295
III – COMPETÊNCIA	295
1. Introdução.....	295
2. O foro competente.....	295
3. Dispositivos suprimidos	296
4. Cumprimento de atos executivos nas comarcas contíguas.....	296
5. Negativação do nome do inadimplente	296
IV – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....	296
§ 1º – Título executivo.....	296
1. Desmembramento de incisos do CPC/1973	296
2. Novos títulos executivos	297
3. Possibilidade de ajuizamento de processo de conhecimento	297
§ 2º – Exigibilidade da obrigação	297
1. Liquidez do título e contas aritméticas.....	297
2. Execução e contraprestação	298
V – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	298
§ 1º – Bens sujeitos à execução.....	298

§ 2º – Execução e alguns direitos reais	299
1. Execução e o direito de superfície.....	299
2. Execução e a enfiteuse, a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso	299
§ 3º – Fraude à execução	300
1. Hipóteses de cabimento.....	300
2. Consequência do reconhecimento de fraude à execução	301
3. Aquisição de bem não sujeito a registro e a fraude à execução	301
4. Fraude à execução nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	301
5. Intimação do terceiro adquirente antes de declarar a fraude à execução	302
§ 4º – O fiador na execução	302
1. Direito do fiador em ver os bens do afiançado serem penhorados em primeiro lugar	302
2. Insuficiência de bens do devedor principal	302
§ 5º – Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade do sócio	303

VI – DISPOSIÇÕES GERAIS DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO..... 303

§ 1º – Petição inicial	303
1. Introdução.....	303
2. Requisitos	303
3. Indicações.....	303
4. Requisitos mínimos do demonstrativo de débito	304
5. Intimações que devem ser requeridas pelo exequente	304
6. Requerimento de medidas urgentes.....	305
7. Averbação de certos atos processuais em registro público.....	305
8. Prazo para a emenda da exordial.....	305

§ 2º – Prescrição	306
1. Interrupção	306
2. Prescrição intercorrente	306
§ 3º – Título executivo	307
1. O título deve ser certo, líquido e exigível	307
2. Pronunciamento <i>ex officio</i> da nulidade	307
§ 4º – Alienação de determinados bens e a necessidade de se intimar certas pessoas	307
1. Intimação do credor de bem gravado com penhor, hipoteca ou anticrese	307
2. Intimação do promitente comprador ou do cessionário	307
3. Intimação do concedente ou ao concessionário no direito de superfície	308
4. Intimação do promitente vendedor, ao promitente cedente ou ao proprietário fiduciário	308
5. Intimação do enfiteuta, do concessionário de direito real de uso ou do concessionário de uso especial para fins de moradia	308
6. Intimação do titular de bem com usufruto, uso ou habitação	308
§ 5º – Princípio da menor onerosidade da execução	309
VII – EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA	309
§ 1º – Entrega de coisa certa	309
1. Introdução	309
2. Prazo para cumprir a obrigação	309
3. Multa diária	309
4. Ordem para imissão na posse ou busca e apreensão	310
5. Supressão de dispositivos	310
§ 2º – Entrega de coisa incerta	310
1. Introdução	310
2. Prazo para impugnação da escolha do bem a ser entregue	311

VIII – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO

FAZER	311
§ 1º – Obrigações de fazer	311
1. Introdução.....	311
2. Multa	311
3. Terceiro que descumpra a sua obrigação para com o exequente...	311
§ 2º – Obrigações de não fazer	312
1. Introdução.....	312
2. Multa	312

IX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 1º – Regramentos basilares.....	312
1. Introdução.....	312
2. Expropriação de bens e remição.....	312
3. Citação do devedor.....	313
4. Prazo para pagamento	313
5. Honorários advocatícios sucumbenciais	314
6. Certidão de execução admitida pelo juiz.....	314
7. Arresto executivo.....	315
§ 2º – Penhora.....	315
1. Bens impenhoráveis	315
2. Exceções à regra da impenhorabilidade	316
3. Bens relativamente impenhoráveis.....	317
4. Gradação legal dos bens penhoráveis.....	317
5. Impossibilidade de se graduar a penhora de dinheiro em face de outros bens ou direitos.....	318
6. Substituição da penhora em dinheiro	318
7. Lista dos bens móveis penhoráveis e o depositário dos bens.....	318
8. Depositário dos bens móveis penhorados	318
9. Impossibilidade de se prender o depositário infiel	319

10. Formalização da penhora	319
11. Intimação do executado acerca da realização da penhora	319
12. Intimação do cônjuge do executado da penhora de bem imóvel ...	320
13. Penhora de bem indivisível	320
14. Averbação da constrição judicial no registro e presunção de terceiros	321
15. Forma de se penhorar imóveis e automóveis	322
16. Prisão durante o arrombamento realizado pelos oficiais de justiça	322
17. Modificação da penhora	322
18. Alienação antecipada de bens penhorados	323
19. Redução ou ampliação da penhora.....	323
20. Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	323
21. Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas	325
22. Regra geral sobre a penhora de empresa.....	326
23. Penhora de edifícios em construção sob regime de incorporação imobiliária	326
24. Penhora de empresa que funcione mediante concessão ou autorização	326
25. Penhora de percentual de faturamento de empresa	327
26. Avaliação de veículos e alguns outros bens.....	327
27. Avaliação quando houver fundada dúvida do juiz quanto ao valor do bem.....	328
28. Avaliação de imóvel que comporte divisão e manifestação das partes	328
§ 3º – Expropriação de bens	328
1. Introdução.....	328
2. Intimação do executado acerca do desejo do exequente de adjudicar o bem	328
3. Prazo para que a carta de adjudicação possa ser assinada.....	329

4. Penhora de bem hipotecado e remição do executado.....	329
5. Falência ou insolência do devedor hipotecário	329
6. Procedimento em caso de tentativas frustradas de alienação do bem	329
7. Espécies de alienação	329
8. Alienação por iniciativa particular como faculdade do credor.....	330
9. Ausência de corretor e leiloeiro credenciados pelo tribunal	330
10. Hipótese de cabimento do leilão judicial	330
11. Leiloeiro público	330
12. Leilão por meio eletrônico como regra geral	331
13. Garantias processuais da alienação judicial por meio eletrônico.....	331
14. Local do leilão presencial.....	331
15. Comissão do leiloeiro.....	331
16. Requisitos mínimos para o aperfeiçoamento da alienação judicial.....	331
17. Providências que o leiloeiro público deve tomar	332
18. Sanção para o causador da transferência da data do leilão	332
19. Pessoas que devem ser cientificadas da alienação judicial	332
20. Conceito de preço vil.....	333
21. Forma de pagamento pelo arrematante	333
22. Vários pretendentes e igualdade de ofertas	333
23. Leilão de bem tombado	333
24. Requerimento do executado para alienação de imóvel em partes	334
25. Procedimento do pedido de pagamento em prestações do bem objeto do leilão	334
26. (In)eficácia e (in)validade da arrematação	335
§ 4º – Satisfação de crédito	337
1. Limitações ao magistrado plantonista	337

2. Transferência do dinheiro para conta indicada pelo exequente.....	337
3. Concurso de credores	338
X – EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	338
§ 1º – Introdução	338
§ 2º – Procedimento	339
XI – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	339
§ 1º – Introdução	339
§ 2º – Procedimento	339
1. Cabimento e prazo para pagamento	339
2. Prisão civil.....	340
3. Desconto do valor da pensão alimentícia em folha de pagamento de pessoal.....	340
4. Utilização do procedimento executivo comum.....	340
XII – INSOLVÊNCIA CIVIL	341
XIII – EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	341
§ 1º – Noções gerais	341
1. Introdução.....	341
2. Garantia do juízo	342
3. Competência, requisitos e prazo.....	342
4. Do efeito suspensivo	342
5. Prazo do embargado para responder	342
§ 2º – Parcelamento legal	343
1. Introdução.....	343
2. Cabimento	343
3. Requisitos	343
4. Dever de continuar pagando as prestações mensais.....	344

5. Efeito do deferimento da proposta	344
6. Efeito do indeferimento da proposta	344
7. Sanções em caso de descumprimento	344
§ 3º – Matérias que podem ser alegadas nos embargos	344
1. Matérias impugnáveis por meio de embargos	344
2. Penhora incorreta ou avaliação errônea	345
3. Excesso de execução	345
4. Impedimento e suspeição	346
§ 4º – Rejeição liminar dos embargos.....	346
1. Hipóteses de cabimento.....	346
2. Penalidade	346
§ 5º – Demais providências cabíveis	346
 XIV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO ..	346
§ 1º – Suspensão do processo.....	346
1. Introdução.....	346
2. Hipóteses de suspensão	347
3. Prescrição intercorrente.....	347
§ 2º – Extinção do processo	348
1. Introdução.....	348
2. Hipóteses de extinção.....	348
 QUARTA PARTE – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	
E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	
JUDICIAIS.....	349
I – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A ORDEM DOS	
PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	351
§ 1º – Introdução	351
§ 2º – Uniformização da jurisprudência	351

§ 3º – Dever de observação da jurisprudência dos juízes e desembargadores.....	352
§ 4º – Audiência pública para a alteração de tese jurídica em súmula ou precedentes	352
§ 5º – Modulação de efeitos na alteração do precedente	353
§ 6º – Cuidados para se modificar enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos.....	353
§ 7º – Publicidade dos precedentes	353
§ 8º – Julgamento de casos repetitivos: definição legal e matéria.....	353
 II – ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	 354
§ 1º – Introdução	354
1. Conteúdo dessas regras	354
2. Extinção da figura do revisor	354
§ 2º – O Relator	354
1. Prevenção	354
2. Prazo para elaboração do voto	355
3. Incumbências do relator	355
§ 3º – Vícios	356
1. Prazo para emendar as razões do recurso.....	356
2. Fato superveniente e questão apreciável de ofício	356
§ 4º – Sessão de Julgamento: regras e desdobramentos	357
1. Da marcação do dia.....	357
2. Antecedência mínima para a inclusão do processo em pauta de julgamento	357
3. Vista dos autos às partes.....	357
4. Ordem de julgamento dos feitos.....	358
5. Sustentação oral.....	358
6. Questão preliminar e vícios sanáveis	359
7. Produção de provas	359

8. Pedido de vista	359
9. Inexistência de vinculação dos vogais	360
§ 5º – Sessão de Julgamento por meio eletrônico	360
1. Introdução.....	360
2. Cabimento	360
3. Procedimento.....	360
4. Divergência entre os magistrados do órgão julgador	361
§ 6º – O voto dos julgadores	361
1. Alteração do voto	361
2. Voto vencido.....	361
3. Publicação do acórdão.....	361
§ 7º – Votação não unânime e os “embargos infringentes” por via oblíqua	361
1. Introdução.....	361
2. Cabimento	362
3. Casos expressos de não cabimento.....	363
4. Momento em que se inicia essa técnica de julgamento.....	363
5. Número de magistrados que serão convocados.....	363
6. Não realização dessa técnica de julgamento	364
III – DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	364
§ 1º – Introdução	364
§ 2º – Cabimento e requisitos	364
§ 3º – Legitimidade	365
§ 4º – Competência.....	365
§ 5º – Vinculação de magistrados ao resultado desse incidente	365
IV – DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	366

V – DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	366
§ 1º – Introdução	366
§ 2º – Procedimento	366
1. Participação do MP como fiscal da Ici	366
2. Petição dirigida ao tribunal	366
3. Casos nos quais o relator pode decidir de plano	366
4. Restrição do cabimento do conflito nos tribunais	367
VI – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO <i>EXEQUATUR</i> À CARTA ROGATÓRIA	367
§ 1º – Introdução	367
§ 2º – Cabimento	367
1. Sentença ou acórdão judiciais estrangeiros	367
2. Decisão interlocutória	368
3. Sentença arbitral estrangeira	368
4. Sentença arbitral parcial estrangeira	368
§ 3º – Regras a serem observadas	368
§ 4º Outros casos e regras específicos	369
1. Decisão não judicial	369
2. Possibilidade de homologação parcial	369
3. Medida de urgência concedida pelo Judiciário brasileiro	369
4. Homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal	369
5. Sentença estrangeira de divórcio consensual	370
§ 5º – Decisão estrangeira que concede medida de urgência	370
1. Introdução.....	370
2. Forma de reconhecimento da eficácia da medida de urgência estrangeira	370
3. Medida de urgência estrangeira deferida <i>inaudita altera pars</i>	370
4. Interpretação do conceito de urgência.....	371

5. Dispensa de homologação da sentença estrangeiro e a medida de urgência	371
§ 6º – Da homologação	371
1. Competência.....	371
2. Requisitos para a homologação da decisão	371
3. Requisitos para a concessão do <i>exequatur</i> às cartas rogatórias	372
4. Hipótese de não homologação.....	372
§ 7º – Execução	372
1. Competência.....	372
2. Documento obrigatório	372
VII – AÇÃO RESCISÓRIA	372
§ 1º – Introdução	372
§ 2º – Cabimento	373
1. Regra geral	373
2. Regra secundária e específica.....	373
3. Horizontalidade do objeto	373
§ 3º – Hipóteses de cabimento	373
1. Simulação	373
2. Violação manifesta de norma jurídica	374
3. Prova nova.....	374
4. Supressão de uma hipótese de cabimento	374
§ 4º – Legitimidade	374
1. MP	374
2. Terceiro não intimado.....	375
3. MP como fiscal da lei	375
§ 5º – Procedimento	375
1. Depósito garantidor.....	375
2. Improcedência liminar do pedido.....	375
3. Incompetência do tribunal.....	375

4. Rito a ser observado	376
5. Distribuição do relatório elaborado pelo relator	376
6. Escolha do relator.....	376
7. Fatos alegados que dependem de prova.....	376
§ 6º – Prazo para o ajuizamento da ação	376
1. Regra geral	376
2. Regras especiais	377
3. Prorrogação do prazo	377
§ 7º – Ação anulatória	377
 VIII – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS	
REPETITIVAS.....	378
§ 1º – Introdução	378
1. Primeiras palavras	378
2. Convergências e divergências entre o incidente de assunção de competência e o IRDR.....	378
§ 2º – Cabimento	379
1. Tipos de processo e de matéria em que é cabível.....	379
2. Requisitos para a instauração	379
3. Da falta dos pressupostos	380
4. Casos nos quais não será cabível.....	380
§ 3º – Legitimidade.....	380
1. Pessoas que podem suscitar-lo	380
2. Desistência ou abandono do processo	380
3. O papel do MP.....	381
§ 4º – Competência	381
1. Tribunal	381
2. Órgão do tribunal.....	381
§ 5º – Procedimento.....	382
1. Custas	382

2. Publicidade	382
3. Prazo e preferência no julgamento	383
4. Dos documentos necessários	383
5. Juízo de admissibilidade.....	383
6. Incumbências do relator	383
7. Suspensão dos demais processos.....	384
8. Instrução do incidente	385
9. Sessão de Julgamento.....	385
10. A extensa forma de fundamentação do acórdão	386
11. O julgamento do IRDR e a fixação da tese jurídica	387
12. Não observância da tese fixada	387
13. Da comunicação da tese fixada a certos órgãos	387
14. Revisão da tese jurídica já fixada	387
15. Recurso contra a decisão de mérito no IRDR	387
16. Efeito nacional em decorrência da apreciação do mérito do recurso em sede de IRDR.....	388

IX – RECLAMAÇÃO 390

§ 1º – Introdução 390

§ 2º – Generalidades do procedimento 390

1. Legitimidade.....	390
2. Cabimento	390
3. Competência e prevenção.....	390
4. Endereçamento da petição.....	391
5. Documentos essenciais.....	391
6. Prazo para apresentar a reclamação	391
7. Recurso contra a decisão que gerou a reclamação	391
8. Intervenção do MP	392
9. Incumbências do relator	392
10. Intervenção de terceiros na reclamação	392

§ 3º – Julgamento da reclamação.....	392
1. Julgamento de procedência	392
2. A função do presidente do tribunal.....	393
X – RECURSOS.....	393
§ 1º – Introdução	393
§ 2º – Disposições gerais a todos os recursos	394
1. Taxatividade	394
2. Efeito suspensivo.....	394
3. Legitimidade do terceiro prejudicado	395
4. Termo inicial do prazo para recorrer	395
5. Aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio.....	395
6. Prazos para a interposição dos recursos	396
7. Feriado local.....	396
8. Comprovação do preparo	396
9. Não comprovação do preparo	396
10. Insuficiência do preparo	397
11. Porte de remessa e retorno dos autos em processo eletrônico.....	397
12. Equívoco no preenchimento da guia	397
13. Outros vícios referentes ao preparo.....	397
§ 3º – Apelação.....	398
1. Introdução.....	398
2. Interlocutórias não agraváveis.....	398
3. Matérias agraváveis decididas na sentença	399
4. Obrigação de demonstrar as razões pelas quais a sentença deve ser reformada ou invalidada	399
5. Juízo de admissibilidade	400
6. Incumbências do relator	400
7. Efeito suspensivo automático da apelação e suas exceções.....	400
8. Pedido de concessão de efeito suspensivo	401

9. Pedido de concessão de tutela antecipada recursal (efeito ativo)..	402
10. Efeito devolutivo restrito.....	402
11. Teoria da causa madura	402
12. Reforma da sentença que reconheça a decadência ou a prescrição	403
13. Tutela provisória na sentença	403
§ 4º – Agravo de instrumento	403
1. Introdução.....	403
2. Hipóteses de cabimento.....	404
3. Prazo.....	404
4. Competência.....	404
5. Requisitos da petição.....	405
6. Documentos obrigatórios e facultativos	405
7. Ausência de peças obrigatórias ou facultativas-essenciais.....	406
8. Caso de dispensa da apresentação das peças obrigatórias	406
9. Existência de vício que comprometa a admissibilidade.....	406
10. Formas de interposição do recurso.....	407
11. Agravo interposto por <i>fac-símile</i> ou similar	407
12. Juntada em primeira instância de cópia da petição de agravo.....	407
13. Incumbências do relator	408
14. Efeito suspensivo	408
15. Efeito ativo	409
16. Recurso contra a decisão do relator no que tange aos efeitos suspensivo ou ativo	409
§ 5º – Agravo interno	409
1. Introdução.....	409
2. Cabimento	409
3. Competência	409
4. Dever de impugnação específico.....	409
5. Procedimento após o recebimento do agravo.....	410

6. Fundamentação do voto	410
7. Multa	410
8. Obrigatoriedade do pagamento da multa para poder recorrer.....	410
§ 6º – Embargos de declaração	411
1. Introdução.....	411
2. Cabimento	411
3. Hipóteses de cabimento.....	411
4. Do conceito amplo de omissão.....	412
5. Prazo.....	412
6. Intimação do embargado	412
7. Prioridade do julgamento dos embargos de declaração	412
8. Aclaratórios contra decisão monocrática.....	413
9. Princípio da fungibilidade entre os declaratórios e o agravo interno.....	413
10. Efeitos do acolhimento dos embargos em recurso já interposto .	413
11. Efeitos da rejeição dos embargos em recurso já interposto.....	414
12. Embargos de declaração prequestionadores.....	414
13. Efeito suspensivo e interruptivo dos declaratórios.....	415
14. Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i>	415
15. Embargos manifestamente protelatórios	416
16. Reiteração dos embargos manifestamente protelatórios	416
17. Proibição do direito de opor embargos de declaração.....	417
§ 7º – Recurso ordinário	417
1. Introdução.....	417
2. Juízo de admissibilidade.....	417
3. Retenção indevida do recurso	417
§ 8º – Recurso Especial e Recurso Extraordinário	418
1. Introdução.....	418
2. Juízo de admissibilidade em recurso especial baseado em dissídio jurisprudencial	419

3. Vício de forma no recurso tempestivo	419
4. O STF, o STJ e o incidente de resolução de demandas repetitivas ..	419
5. Efeito suspensivo.....	420
6. Fim do juízo de admissibilidade pelo tribunal de origem	420
7. Recurso especial que verse sobre questão constitucional	421
8. Missão do STF e do STJ	421
9. Profundidade do efeito devolutivo ampliada	421
10. Forma de se demonstrar a repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário	422
11. Casos nos quais a repercussão geral é presumida	422
12. Sobrestamento das ações em território nacional	423
13. Recurso extraordinário intempestivo sobrestado indevidamente.....	423
14. Efeitos do reconhecimento da repercussão geral	423
15. Recurso afetado pelo formato dos repetitivos.....	424
16. O papel do Regimento Interno do STF e do STJ	424
17. Da forma de seleção dos recursos representativos da controvérsia para serem efetivamente julgados pelo formato dos repetitivos	424
18. Incumbências iniciais do relator do recurso afetado	425
19. Ministro que não concorda com a afetação iniciada pelo desembargador.....	426
20. Limitações do órgão colegiado no STF ou no STJ	426
21. Múltiplas afetações e prevenção	426
22. Prazo para o julgamento dos recursos afetados.....	426
23. Não julgamento do recurso afetado no prazo legal	427
24. Afetação da mesma controvérsia por outro ministro.....	427
25. Recurso afetado com várias matérias controvertidas	427
26. Intimação das partes da suspensão do processo	427
27. Da distinção (<i>distinguishing</i>)	428
28. Forma de se proceder quanto ao <i>distinguishing</i>	428

29. Resolução e efeitos do reconhecimento da distinção	428
30. Recurso cabível contra a decisão que julgar o requerimento de distinção	428
31. Outras incumbências do relator do recurso afetado	429
32. Extensão do dever de fundamentação do acórdão que julga recurso afetado	429
33. Julgamento de recursos após a fixação da tese jurídica no recurso afetado	429
34. Procedimento após a publicação do acórdão paradigma.....	430
35. Possibilidade de desistência da ação que tramita em primeiro grau.....	430
36. Exceção à regra da vinculação da tese fixada	430
37. Efeitos do julgamento quando o recurso contém outros capítulos independentes e autônomos	431
38. Da jurisprudência que determinava o uso do agravo interno para certos casos.....	431
39. Fim dos recursos especial e extraordinário retidos	432
§ 9º – Agravo em recurso especial ou extraordinário	432
1. Introdução.....	432
2. Uso do <i>nomen iuris</i> recursal equivocado	432
3. Local de interposição	433
4. Forma	433
5. Prazo.....	433
6. Custas e despesas postais	433
7. Hipóteses de cabimento.....	433
8. Requisitos obrigatórios.....	434
9. Juízo de retratação.....	435
10. Remessa imediata ao tribunal competente	435
11. Julgamento conjunto do agravo com o recurso inadmitido.....	435
12. Procedimento em caso de interposição de dois agravos	435

13. Remessa dos autos do STJ para o STF.....	435
§ 10 – Embargos de divergência	436
1. Introdução.....	436
2. Hipóteses de cabimento.....	436
3. Natureza do direito discutido no acórdão embargado.....	436
4. Embargos com base em acórdão paradigma da mesma turma que proferiu a decisão embargada.....	437
5. Prova da divergência	437
6. Juízo de admissibilidade vago.....	437
7. Procedimento aplicável	437
8. Embargos de divergência no STJ e o recurso extraordinário	437

QUINTA PARTE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	439
I – VIGÊNCIA E DIREITO INTERTEMPORAL.....	441
§ 1º – Introdução	441
1. Data em que o novo CPC entrará em vigor.....	441
2. Aplicação imediata do novo CPC aos processos pendentes.....	441
3. Revogação expressa do CPC/1973.....	441
4. Remissões feitas por outras leis ao CPC/1973	441
5. Regra básica a ser lembrada no momento de verificar qual é a lei aplicável	442
6. Casos práticos de direito intertemporal não regulados expressamente	442
§ 2º – Direito intertemporal no tocante aos procedimentos	443
1. Procedimentos sumário e especiais do CPC/1973	443
2. Procedimentos especiais regidos por lei extravagante	444
3. Procedimentos mencionados pelo art. 1.218 do CPC/1973	444
4. Remissão de lei especial a procedimento na lei processual	444
5. Procedimento de insolvência civil.....	444

§ 3º – Direito intertemporal sobre direito probatório.....	445
§ 4º – Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais	445
1. Cabimento	445
2. Procedimento.....	445
§ 5º – Cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos	446
§ 6º – Questões pontuais	446
1. Atos processuais e o princípio da instrumentalidade do processo.....	446
2. Coisa julgada e a questão prejudicial	446
3. Prescrição intercorrente.....	447
4. Particularidades sobre a possibilidade de se flexibilizar a coisa julgada.....	447
5. Procedimento ao se recolher dinheiro	447
6. Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública	447
 II – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS PROMOVIDAS PELO NOVO	
CPC	448
§ 1º – Juizados Especiais.....	448
1. As causas do rito sumário do CPC/1973	448
2. Embargos de declaração	448
3. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais.....	448
§ 2º – Código Civil.....	448
1. Solidariedade ativa	448
2. Partilha	449
§ 3º – Código Eleitoral	449
§ 4º – Lei de Registros Públicos	449
§ 5º – Pesquisas do CNJ.....	449
§ 6º – Outras alterações e restrições legislativas feitas	450
1. Prazo para interposição de agravo.....	450

2. Lei de Arbitragem.....	450
3. Custas devidas à União	450
§ 7º – Dispositivos expressamente revogados	450